



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS -
<http://www.tre-ms.jus.br>

PROCESSO : 0000274-75.2023.6.12.8000

**INTERESSADO : COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E SUPORTE**

ASSUNTO : Impugnação

Decisão nº 9 / 2023 - TRE/PREGOEIRO

Aos 15 dias do mês de setembro de 2023, a Pregoeira responsável pela condução do Pregão 30/2023, cuja data de abertura está marcada para o dia 19/09/2023, realizou a análise de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa Objectti Soluções Ltda.

Quanto à tempestividade da impugnação, vê-se que foi atendido o prazo fixado na cláusula 10.1 do Edital, considerando, conforme já citado, que a data da sessão pública está marcada para o dia 19/09/2023.

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

No que toca ao mérito do pedido, esta Pregoeira passa a expor as considerações:

Das alegações da impugnante:

Em resumo, a impugnante argumenta vícios na especificação dos itens da licitação impugnando os termos do edital, pois não guardam em si encontro a norma vigente, restando a si eminente necessidade de reforma.

Da análise do Pregoeiro

De início registramos que o Pregão 30/2023 segue os regramentos da Nova Lei de Litações (Lei nº 14.133/2023), portanto, de acordo com o art. 191 da referida Lei não se aplica ao presente Pregão os regramentos da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019 citados pela impugnante.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o [inciso II do caput do art. 193](#), a Administração poderá optar por licitar ou

contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, **vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.**

A impugnação está baseada em especificações técnicas, desta forma, o pedido foi encaminhado para a unidade demandante prestar os esclarecimentos acerca das especificações do objeto licitado.

Trataremos a seguir dos itens da impugnação:

a) ITEM EDITALÍCIO: “2.6. Certificado A1 wildcard (serviços web - dentro e fora openshift). ” OBSCURIDADE: No que se refere ao mesmo não resta claro se o produto que o órgão necessita contratar se trata de um certificado “intranet”/dentro da organização de seu sistema interno e o modelo convencional para ambiente web externo, pois trata-se de produtos distintos, por essa razão pedimos esclarecimento a respeito?

Resposta: O certificado que refere-se os item 2.6 possui escopo de Internet. Ao verificar o item e todos os seus sub-itens é afastada qualquer dúvida sobre o escopo de funcionamento (intranet ou internet) dos certificados. O subitem 2.6.5. diz : “Deve ser emitido por Autoridade Certificadora mundialmente reconhecida;”. Sendo a necessidade de ser reconhecido mundialmente, não faz sentido que o certificado possua escopo de intranet.

b) ITEM EDITALÍCIO: “2.6.1. O Certificado WildCard deve ser emitido com o nome comum (common name) *.seudominio.com.br e com um SAN (Subject Alternative Name) seudominio.com.bra a partir de uma requisição de assinatura de certificado (CSR) criada pelo TRE-MS” OBSCURIDADE: Quanto ao item em apreço paira dúvida, se o certificado será um wildcard para domínio principal e seus infinitos subdomínios + um SAN vinculado ao domínio principal? Se sim, quantos SAN a empresa deverá fornecer para o item mencionado, tendo em vista, que o custo apurado para a contratada é mensurado por cada SAN que deverá ser liberado junto ao mesmo?

Resposta: Como o próprio texto citado deixa claro, o certificado wildcard deve ser emitido com o common name *.<domínio> e com um único SAN <domínio>. Para deixar mais claro vejamos um exemplo prático: O TRE-MS enviará um CSR solicitando assinatura de um certificado com *common name* *.tre-ms.jus.br e SAN tre-ms.jus.br. Dessa forma o certificado poderá ser usado pelo host <https://tre-ms.jus.br> bem como seus infinitos subdomínios (ex. www.tre-ms.jus.br, ead.tre-ms.jus.br, sei.tre-ms.jus.br e assim por diante).

c) ITENS EDITALÍCIO: “Certificado A1 Multi-domínio SAN (Serviços que não aceitam certificado wildcard)” e “Certificado A1 wildcard (serviços web - dentro e fora openshift)” OBSCURIDADE: É de ciência do órgão que a nomenclatura A1 é normalmente designada para os certificados

digitais SSL emitidos na cadeia ICP-Brasil? E que a exigência contida “2.5.4. Nível de criptografia deve ser de até 512 bits e chave de até 4096 bits, as máximas existentes” são pertencentes aos modelos internacionais, assim, pelas demais especificações entendemos que o padrão é internacional, e portando a nomenclatura A1 estaria equivocada? Ainda no mesmo sentido, em se tratando de certificados internacionais, por ocasião do pedido, o órgão terá preferência entre o modelo DV ou OV, ou a empresa poderá cotar qualquer um dos mencionados?

Resposta: A nomenclatura de A1, A2, A3 e A4 são, realmente, usados no Brasil dentro das definições de e-CPF e e-CNPJ, que são certificados digitais x509 que incluem a informação do CPF (para pessoa física) ou CNPJ (para pessoa jurídica). Sendo a diferença entre eles relacionada a validade máxima do certificado e forma de geração e armazenamento. Para o Item editalício 2.5 e 2.6 não se faz necessária a informação do CNPJ no certificado, sendo necessária apenas a validação do domínio (DV).

Verifica-se que as obscurações apontadas, estão mais atreladas à interpretação. Mas, vale esclarecer quanto a nomenclatura utilizada A1:

Justamente por ser adotado esse padrão no Brasil, facilita o entendimento e essa foi a intenção. Em nenhum momento, restringe que trata-se de ICP-BR. A alusão está apenas relacionada à validade do certificado, comumente utilizado A1 (12 meses), validade utilizada para os certificados internacionais. Reforço que não gera confusão e/ou ilegalidade no processo licitatório, uma vez que em 2022 o TRE-MS realizou uma licitação com essa mesma nomenclatura e os licitantes entregaram exatamente o esperado “certificado internacional”.

d) Item 01 - Certificado + mídia: requer a separação do "kit" em dois itens distintos, uma vez que a forma adotada não se configura vantajoso.

Resposta: A aquisição certificado em conjunto com a mídia se encontra justificada no Termo de Referência, cláusula 2.4.22: "Para o item 01 os certificados serão adquiridos junto com o token, tal fato se justifica por se tratar de material acessório à prestação dos serviços. Caso sejam adquiridos em itens separados, corre-se o risco de adquirir os certificados e não adquirir os tokens ou vice-versa, podendo acarretar atraso na utilização das certificações". Diante da justificativa apresentada, não vislumbramos necessidade de reparos no item. Ademais, a emissão da nota fiscal ficará a critério da contratada, podendo ser emitida uma nota só, referente aos serviços como um todo ou poderão ser emitidas uma nota para os serviços e outra para o material.

Demais esclarecimentos formulados pela impugnante:

e) CÓDIGO DE SERVIÇO: A empresa utiliza o código de serviço 1.08 para o faturamento de suas notas fiscais, em detrimento de não haver

nenhuma exigência impeditiva no edital, gostaríamos de confirmar, em sede de contrato se podemos manter as notas fiscais sendo emitidas no código mencionado?

Resposta: Sim, pode manter o código informado desde que consiga inserir no campo descrição dos serviços a especificação do item constante no Termo de Referência (por exemplo, no caso do item 01: deverá constar na descrição dos serviços ofertados: fornecimento de Certificado digital A3 (36 meses) + Token para pessoa física).

f) ENTREGA DA MÍDIA: Gostaríamos de confirmar se as entregas das mídias podem ser feitas diretamente ao órgão para que o mesmo as entregue aos titulares respectivos?

Resposta: Sim. As mídias deverão ser entregues ao TRE/MS que fará a distribuição aos usuários.

g) E-MAIL PARA RECEBIMENTO DAS NOTAS FISCAIS: A par de deixarmos todas as informações atinentes a prestação de serviços devidamente formalizadas, gostaríamos de saber para qual e-mail deverão ser enviadas as notas fiscais de fornecimento por ocasião de sua emissão e aprovação e posterior pagamento?

Resposta: A nota fiscal deverá ser encaminhada ao fiscal da contratação. Os e-mails serão informados no momento do envio da nota de empenho.

Decisão

Por todo o exposto, considerando as respostas da unidade demandante, verifica-se que não procedem as alegações da empresa OBJECTTI SOLUÇÕES LTDA., manifestando-se esta Pregoeira pela manutenção das condições estipuladas no instrumento convocatório, devendo ter sequência a fase externa do certame licitatório.

Campo Grande, MS, *na data da assinatura eletrônica.*



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Pregoeiro**, em 15/09/2023, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1506751** e o código CRC **63ADDF0E**.



0000274-75.2023.6.12.8000

1506751v26